



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

## **A PROVA BRASIL E A QUALIDADE NO TRABALHO DO GESTOR EDUCACIONAL**

**Camila Campagnolo – Professora de Escola Pública**

**Ana Paula Eich – Professora de Escola Particular**

**Glades T. Felix – UFSM**

O presente artigo desenvolve um estudo acerca das avaliações educacionais realizadas pelo Estado nas escolas públicas, visando indicadores para a educação brasileira. Tem-se por objetivo de compreender a efetiva contribuição da Prova Brasil no sucesso da gestão escolar. Essa discussão nos leva a considerar que as avaliações, em seus formatos, possuem concepções que respondem a um modelo estatal vigente. Para a análise, desenvolveu-se uma pesquisa documental, nos sites do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A partir dos dados levantados, desvelou-se assim um modelo avaliativo ainda genérico e pouco eficaz para o trabalho do gestor educacional.

Palavras-chave: Avaliação; Gestor educacional; Prova Brasil; Qualidade.

### *1. Introdução*

O presente artigo apresenta um estudo acerca das avaliações educacionais realizadas pelo Estado brasileiro nas escolas públicas, visando apontar indicadores de qualidade para a educação brasileira, sendo esses, partes importantes para o planejamento do trabalho do gestor educacional em prol da qualidade do ensino-aprendizagem.

Essa discussão nos leva a considerar que tais avaliações, em seus formatos, possuem concepções que respondem a um modelo estatal vigente, em vista disso, suspeita-se que a intervenção do Estado brasileiro, por meio de tais avaliações confunde e retira a autonomia dos gestores escolares, pois estes apenas executam tal política, sem nenhum tipo de participação na elaboração destas provas.

Percebe-se que a avaliação está no centro dos dilemas envolvendo a educação brasileira nos últimos anos. Mais que isso, Worthen (2004) ainda afirma que



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

uma definição mais extensa diria que a avaliação é identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para determinar o valor (valor ou mérito), a qualidade, a utilidade, a eficácia ou a importância do objeto avaliado em relação a esses critérios. (WORTHEN, 2004, p. 35).

Esses processos avaliativos da aprendizagem possuem características referentes ao modelo pedagógico pretendido com as suas produções, aplicações e resultados/indicadores.

O crescente empenho do Estado em realizar avaliações desde os anos 80, e principalmente nos últimos anos, buscando desenvolver indicadores, com o intuito de definir a qualidade da educação no Brasil torna necessária à discussão do tema, isso porque os resultados dos processos avaliativos poderão nortear o trabalho dos gestores educacionais dentro do âmbito escolar, além de compreender as teorias que definem o conceito de avaliação educacional utilizado pelo Estado.

É importante reconhecer que o governo federal define suas metas para a educação através do Projeto Todos Pela Educação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) responsável pela Educação Básica, com base nos resultados obtidos pelos mais diversos indicadores educacionais realizados pelo Estado, desde o ensino fundamental ao ensino superior. Essas metas devem responder aos problemas apontados nas avaliações educacionais, mostrando-se assim, uma base para a pesquisa a ser realizada.

A base metodológica da investigação foi desenvolvida com a utilização de uma abordagem quantitativa sendo baseada em pesquisa bibliográfica dos seguintes autores: House, Sobrinho, Leite, entre outros, bem como pesquisa documental, nos sites do Ministério da Educação e do INEP, referente às avaliações que este órgão governamental realiza. Com as interpretações desses, foi possível a elaboração dos argumentos críticos, desenvolvendo ideias a partir dos resultados encontrados.



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

## 2. *Desenvolvendo o tema*

As avaliações educacionais buscam compreender o processo educacional em uma concepção ampla, e o Estado vem realizando, organizando, reformulando e implementando modelos avaliativos desde a década de 80 com mais intensidade, desde o ensino fundamental ao ensino superior. A ideia de uma ampliação, para a busca de indicadores da qualidade e a regulação, com nova modalidade tem como principal norteador o compromisso brasileiro, internacionalmente firmado, para organizar políticas nacionais de avaliação, e só depois se organizar um Sistema Nacional de Educação.

O compromisso brasileiro citado referencia-se a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, que foi marco divisório nesse processo de crescimento das avaliações, com a finalidade de a partir de indicadores resultantes, fazer com que os países acompanhassem a qualidade da educação de seus cidadãos. Outra influência marcante que percebemos ainda, e que também tem influenciado os mais diversos setores do Estado desde a década de 90, é o Banco Mundial (BIRD), que complementa a ideia da educação a partir de especificados os objetivos da aprendizagem em termos observáveis. Ainda, conforme Haltmann descreve, deve haver mais “gerenciamento por objetivos e uso de indicadores de desempenho e mais controle pelos usuários” (2002, p. 80).

No ensino fundamental, foi no início dos anos 90 que surgiu o primeiro modelo de avaliação em grande escala como instrumento de definição de indicadores no Brasil: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Atualmente, o SAEB tornou-se um composto de dois processos avaliativos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), essa última chamada de Prova Brasil, que será o enfoque a ser investigado nesta pesquisa. Isso se justifica porque é a partir dos resultados da Prova Brasil que se definem os indicadores nacionais de qualidade para a educação básica no país, ou seja, é parte definidora do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), processo que é organizado pelo Estado e executado pelos gestores locais.



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Nessa pesquisa, encontramos as seguintes modalidades avaliativas: Provinha Brasil, Prova Brasil, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Importante destacar que o MEC deferiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a educação, visando a qualidade, a partir de índices confiáveis. Para o cumprimento desse objetivo, o INEP vem trabalhando a partir de avaliações de grande escala, definidas como indicadores de qualidade, dentro dos quais, estaremos trabalhando com aqueles direcionados ao ensino fundamental.

Isso pode ser afirmado devido ao INEP desenvolver o IDEB, que é definido a partir da Prova Brasil e a taxa de aprovação escolar. Sendo a nota média da primeira multiplicada pela segunda. Dessa forma, chegamos ao número – índice – que define o pretendido nível de “qualidade” segundo os parâmetros nacionais e internacionais da educação no Brasil, para que, a partir disso, o governo trabalhe, em tese, para que melhorias ocorram no sistema educacional. Esse índice de qualidade também é calculado na maioria dos países no mundo, o que é divulgado pela imprensa em forma de rankings, ou seja, na classificação entre as escolas, posicionando-as a partir dos índices encontrados.

Dessa forma, podemos entender que o governo tem o intuito de obter índices quantitativos e controlar as escolas, através do diagnóstico e conseqüentemente a regulação, por meio da supervisão. O que não significa dizer que os indicadores não possuem sua validade,

em boas condições, os indicadores são o reflexo da política educativa e dão eventualmente informações sobre modificações que devem operar nesta política. Porém, devem ser consistentes, isto é, não podem ser demasiadamente sensíveis às flutuações acidentais. (RIBEIRO, 2010. p. 35).

A Prova Brasil, sendo um dos principais processos avaliativos educacionais realizados pelo governo, torna-se uma importante fonte de pesquisa, apresentamos a seguir as suas principais características.

A Prova Brasil é uma avaliação desenvolvida com alunos de quinto e nono ano, faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e é uma



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

avaliação de diagnóstico e em larga escala. Apenas realiza avaliações em Língua Portuguesa e Matemática, sendo realizados a cada dois anos, de regime obrigatório em escolas públicas, rurais e urbanas, com mais de 20 alunos na série. Esse formato da Prova Brasil acontece desde 2001. Podemos encontrar sua definição e objetivo disponível no site do MEC:

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

Se trabalharmos a partir de uma análise comparativa entre o que é a Provinha Brasil e a Prova Brasil, por exemplo, percebemos que a segunda já vem sendo pensada/desenvolvida há mais tempo que a primeira, além de ser uma avaliação censitária, sendo utilizada como parâmetro para definição de financiamentos para a educação. Também, a Provinha Brasil tem um caráter diagnóstico, desenvolvido para que os professores/gestores trabalhem para a qualidade da educação.

Outro indicador é a avaliação dos estudantes denominada Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), implementada pela Organização para Cooperação para Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizada com alunos em uma faixa de 15 anos, sendo aplicada no 8º ano do Ensino Fundamental de forma amostral. Essa avaliação é aplicada a cada três anos, e em cada triênio abrange uma área do conhecimento, divididas entre Leitura, Matemática e Ciências, sendo essas fundamentadas no Letramento.

Diferentemente das demais, ainda há um quarto indicador, o Enceja. Este é voltado para a certificação de pessoas que tenham cursado o EJA, Ensino de Jovens e Adultos, e que podem comprovar que já estão aptos para a fase seguinte. Ou seja, essa certificação é feita a partir de provas realizadas todos os anos em todas as escolas que quiserem, necessitando apenas inscrição junto ao MEC. Para a realização das provas, que atendem todas as áreas do conhecimento diferenciadas entre o Ensino Fundamental e Médio, o aluno precisa ter no mínimo 15 anos.



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

A partir da pesquisa dos indicadores de qualidade embasados nas avaliações estatais realizadas atualmente, temos como meta uma discussão em torno da concepção que norteia esses processos. Isso porque, segundo Prado de Sousa,

a avaliação é uma atividade socialmente determinada. A definição de por que, o que e como avaliar pressupõe uma concepção de homem que se quer formar e das funções atribuídas à escola em determinada sociedade, melhor dizendo, são as determinantes sociais que definem a função que a escola vai ter; e a avaliação, enquanto prática educativa, explica e acaba legitimando essa função. (1998, p. 165)

Essa consideração nos leva a refletir sobre concepções de avaliação e conseqüentemente qual objetivo de cada uma dentro das perspectivas do Estado.

Com o intuito de referenciar o trabalho, buscamos selecionar um processo avaliativo que determine indicadores de qualidade do ensino fundamental que sejam de suma importância dentro das políticas públicas do Estado. Dessa forma, a Prova Brasil mostrou-se a mais importante, pois dela resulta o IDEB, como já vimos, é o indicador mais utilizado para definir o termômetro da educação atualmente. Isso se concretiza com a propaganda e apoio que o MEC/INEP realiza a cerca da prova Brasil, realizando até testes preparatórios.

A Prova Brasil (ANRESC) foi instituída por Portaria nº 69 de 04 de maio de 2005, e tem como objetivos gerais, conforme o inciso 2º do Art. 1º:

a) avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global; b) contribuir para o desenvolvimento, em todos os níveis educativos, de uma cultura avaliativa que estimule a melhoria dos padrões de qualidade e equidade da educação brasileira e adequados controles sociais de seus resultados; c) concorrer para a melhoria da qualidade de ensino, redução das desigualdades e a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional; d) oportunizar informações sistemáticas sobre as unidades escolares. Tais informações serão úteis para a escolha dos gestores da rede a qual pertença.

A partir da Prova Brasil, torna-se então possível se ter um diagnóstico de como está o ensino público no Brasil. Porém é importante perceber o trabalho do gestor educacional frente a esses dados, isso porque há uma grande discussão acerca da qualidade que se apresenta com a avaliação, já que ela é realizada apenas com as





# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

disciplinas de português e matemática, sem levar em consideração as demais áreas do conhecimento e atividades realizadas pela Escola. Porém, é de suma importância para o desenvolvimento do trabalho do gestor, pois se torna uma forma de diagnóstico parcial do andamento do trabalho educacional. Ainda, o gestor tem como dados relevantes para divulgação do trabalho da Escola aos pais e para a comunidade, além de ser um embasamento positivo para as próximas avaliações.

A Prova Brasil tem um caráter diagnóstico importante para a educação brasileira. O documento “Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas”, publicados pelo MEC (2008, p.20), no eixo da Educação Básica, destaca essa importância.

A Prova Brasil deu nitidez à radiografia da qualidade da educação básica. A percepção que se tinha anteriormente era de que nenhuma escola ou rede pública garantia o direito de aprender – um clichê injusto imposto à educação básica pública como um todo. A Prova Brasil revelou que isso não era verdade. Confirmou, sim, a existência de enormes desigualdades regionais, muitas vezes no interior do mesmo sistema. Mas, ao mesmo tempo, revelou boas práticas de escolas e redes de ensino que resultam em aprendizagem satisfatória.

No conjunto, há outros indicadores educacionais sendo concomitantemente implementados nos diferentes graus e níveis de ensino, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), todos com objetivos bem definidos monitorando a qualidade da educação brasileira por meio de resultados quantitativos.

O governo afirma que a finalidade da maioria dessas avaliações é a busca de indicadores que possam contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, já que nos últimos tempos tivemos uma expansão sem controle em todos os níveis. Essa informação é bem definida por Sousa (2003), explicitando que “o princípio é o de que a avaliação gera competição e a competição gera qualidade. Nesta perspectiva assume o Estado a função de estimular a produção dessa qualidade”. Ainda sobre qualidade, precisamos compreender que segundo Cabrito,

falar de qualidade em educação é complexo porque são muitos os fatores que condicionam os processos sociais e individuais, como é o da aprendizagem. Esta complexidade é, ainda, agravada por conta de aqueles fatores serem de natureza subjetiva, difíceis, pois, de classificar. (CABRITO, 2009, p. 186).



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Assim, para sabermos a dimensão e a influência destas avaliações no trabalho do gestor, torna-se necessário conhecer as concepções teóricas que embasam esta avaliação e seu consequente enfoque político e filosófico. O que pode, então, nos clarificar a que tipo de sociedade e Estado atendem e quais os indicadores que podem ser provenientes dessas, assim como compreender se realmente conseguem promover transformações sociais, políticas, pedagógicas e de gestão.

Há inúmeros teóricos que estudaram e classificaram os diferentes modelos e formatos de avaliação, desde os clássicos aos contemporâneos. E para que possamos compreender qual seria um novo formato avaliativo a ser considerado no âmbito escolar atual, nos embasamos no referencial de House (2000), interpretado por Leite (2005) onde é apresentada uma escala que o autor denominou de Taxionomia dos formatos de avaliação, onde trabalha com enfoque político filosófico, modelos, epistemologia e índices de democracia.

A partir de diferentes formatos e modelos de avaliação presentes atualmente na academia, pode-se pensar em uma classificação determinante, que tem como objetivo a categorização das avaliações.

Os modelos avaliativos aqui apresentados serão brevemente descritos a seguir, seguindo como fonte de pesquisa Leite (2005).

Análise de sistemas: esse enfoque trabalha a partir de medidas, análises estatísticas e indicadores, esses de cunho quantitativo, pensando nas diferenças e semelhanças entre os diferentes programas.

Dessa forma, quem avalia deduz os objetivos e busca as estratégias para melhor alcançá-los. House (1980) descreve que a Análise de Sistemas se configura com sua origem no Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Sua concepção vem das teorias microeconômicas, nas quais o pressuposto principal está na ideia de que as organizações se comportam sempre da mesma maneira, assim, o avaliador é um analista que pode deduzir os objetivos desejados e a eficácia de estratégias para alcançá-los.

Tendo como enfoque político filosófico baseado em princípios liberais, utilitaristas, ou seja, uma perspectiva de trabalho estatal direcionado a busca utilitária





# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

dos enfoques avaliativos, considerando que a intenção política desenvolvida a partir da liberdade de escolha, isso implica a competitividade, o individualismo.

Comportamentalistas: aqui, trabalha-se com testes referidos a critérios e formas. Com a intenção de se estabelecer metas, implementar ações e avaliar seus efeitos. A intenção é saber se os objetivos foram alcançados.

De decisão: nesses moldes, busca-se o controle de qualidade, onde se define níveis de decisão, de projeção de situação e critérios para a execução adequada.

Sem objetivos definidos: diferentemente dos enfoques já citados, essa forma de avaliação não tem objetivos prévios, e sim busca conhecer os avaliados em suas percepções.

Crítica de arte: avalia-se, aqui, a qualidade intrínseca, ou seja, a individualidade. Dessa forma, é possível avaliar os melhores, a partir de seus atributos.

Revisão Profissional: também chamado de acreditação, o trabalho do avaliador nesse formato é conhecer se uma instituição cumpre com o que diz, ou seja, como os profissionais veem a instituição.

Quase Jurídico: a avaliação parte dos princípios jurídicos, a partir de situações que podem responder as questões de forma positiva ou negativa, sobre um determinado programa.

Estudo de caso: nesse formato, deve-se desenvolver a avaliação diretamente com os envolvidos, nesse sentido, também é decidido entre os avaliados e avaliador, de que forma e como vai ser desenvolvido.

Então, dentre os formatos avaliativos e enfoque político filosófico apresentados por House (1980), é preciso buscar novos referenciais, além dos tradicionais e regulatórios, que desenvolvam aquilo que melhor estejam de acordo com o modelo de gestão pretendido pela sociedade.

Isso é importante devido a, como menciona Belloni (2000, p. 186)

é possível desenvolver uma sistemática de avaliação que vise o aperfeiçoamento da qualidade da educação – isto é, do ensino, da aprendizagem, da pesquisa e da gestão institucional – com a finalidade de transformar a escola atual em uma instituição voltada para e comprometida com a democracia do conhecimento e da educação, assim como a transformação da sociedade. Este é o papel ou função social da avaliação e é necessário aprender como implementá-la.



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

### 3. *Considerações finais*

A partir o desenvolvimento desse trabalho, podemos compreender como se dá o processo de busca de indicadores educacionais nas escolas públicas do Brasil e o trabalho do gestor por entre esses processos.

O levantamento teórico feito sobre a prática da Prova Brasil mostra que o Estado tem trabalhado voltado ao mercado, trabalhando de forma regulatória e diagnóstica as avaliações definidas e desenvolvidas pelo MEC e INEP. Dados quantitativos têm servido para nortear de forma simplificada para onde é preciso caminhar, mas depende unicamente do grupo escolar, e principalmente dos gestores envolvidos e responsáveis pela educação da escola, em desenvolver metodologias e buscar recursos para o encontro da tão falada qualidade do ensino.

Com isso, podemos afirmar que é preciso envolvimento e decisão do gestor educacional em todos os processos, desde a preparação, a aplicação, a leitura dos dados e principalmente na definição de metas para que as melhorias sejam feitas e as próximas avaliações apontem novos indicativos.

A partir da análise dos formatos definidos por House, o modelo que se encaixa na forma de trabalho realizado pelo Estado nas avaliações determinante dos indicadores, determina-se por um processo Objetivista definido como modelo Análise de Sistemas.

Isso porque, devido a suas características também gerencialistas, não há participação de nenhum dos atores escolares, nem alunos, nem professores, nem gestores, nem pais e comunidade, na organização, definição e produção desse processo avaliativo. Assim percebemos o caráter de mercado percebido no liberalismo, onde é importante não o processo e a construção coletiva, e sim a produção de indicadores quantitativos a serem desenvolvidos para o controle e para o livre mercado, ou seja, a competitividade e individualidade.

Dessa forma, podemos considerar que os processos avaliativos desenvolvidos pelo Estado, possuem essas características, devido ao desenvolvimento, ou incentivo, aos rankings e organização de relatórios comparativos. Essa organização possibilita que



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

os gestores, apesar de buscarem um trabalho coletivo internamente, não passam dos muros da escola, pois não há incentivo de participação coletiva em prol de um bem comum, no nosso caso, a educação brasileira. Assim, tornam-se indicadores com nível de participação muito baixa, devido ao conceito democrático estar direcionado a baixa representatividade, sem incentivar nem valorizar a participação coletiva.

Consideramos também, que no período após avaliações definidoras de indicadores educacionais, o que se percebe no trabalho do gestor educacional é que há a possibilidade de obter-se um diagnóstico geral, inicial, das características essencialmente pedagógicas, sem ter muito direcionamento as demais questões da escola, como convivência, estruturas, entre outras tantas questões. Tornando-se assim, apenas indicativos apoiadores do trabalho, e não definidores.

É importante esclarecer dessa forma, pois ficou claro na pesquisa, que o trabalho do gestor não pode nem deve estar envolto somente de avaliações prontas, previamente definidas, pois não considera o todo do ambiente escolar. É preciso ir além, buscar novas alternativas, diferentes possibilidades, por meio de avaliações antecipativas e paralelas ao Estado, ou seja, implementar processos de autoavaliação que levem a auto crítica e reflexão.

Ainda sobre isso, fica evidente que não se podem negar as formas avaliativas desenvolvidas pelo Estado, pois elas servem para auxiliá-lo em seu objetivo de expandir a educação a todos, mas ainda não contribuem eficazmente para o trabalho dos gestores, visto que não a produzem, apenas exercem o papel de guardiães executores da política governamental.



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

## 4. Referências

BELLONI, Izaura. A função social da avaliação institucional. In: SOUSA, Eda C. B. Machado de. (Org). **Avaliação institucional**. Brasília, DF: Editora UnB, 2000. P. 186-193.

BRASIL, **Ministério da Educação**. Prova Brasil. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=210&Itemid=325](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=210&Itemid=325), acesso em 04 de setembro de 2011.

CABRITO, Belmiro Gil. Avaliar a qualidade em educação: Avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê? **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 178-200, maio/ago. 2009.

HALTMANN, Helena. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 77-89, jan/jun, 2002.

HOUSE, E. **Evaluación, ética y poder**. Madrid: Morata, 1994.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PRADO DE SOUSA, Clarilza. Descrição de uma trajetória na/da avaliação. In: CONHOLATO, Maria Conceição. (Org.). **Ideias 30. Sistemas de avaliação educacional**. São Paulo: FTD: Diretoria de Projetos Especiais, 1998.

RIBEIRO, R.; LEMES, S de S.; ITMAN, S. A. **Avaliação e gestão escolar: reflexões e pesquisas educacionais** – São Carlos: RiMa Editora, 2010.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Editora Cortez: Autores Associados, 1988.

WORTHEN, B. SANDERS, J. e FITZPATRICK, J. **Avaliação de Programas: concepções e práticas**. São Paulo: Editora gente, 2004.